



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Goiás

**CLIPPING**

DATA

30.01.2024

**BIBLIOTECA**

PÁGINA Nº

1 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

## SUMÁRIO

- ✘ [REDES SOCIAIS E SAÚDE MENTAL – O Popular](#)
- ✘ [VIABILIZAR O DIA DA VISIBILIDADE – O Popular](#)
- ✘ [ABIN E GABINETE DO ÓDIO – O Popular](#)
- ✘ [A CONTA DA GASTANCA – Folha de São Paulo](#)
- ✘ [SE QUERES A PAZ – Folha de São Paulo](#)
- ✘ [AMARGO REGRESSO – Folha de São Paulo](#)
- ✘ [LEGALIZAR O USO DA CANNABIS É UMA PAUTA DE JESUS? – Folha de São Paulo](#)
- ✘ [IMPOSTO SELETIVO OU LEI SECA PARA POBRES? – Folha de São Paulo](#)
- ✘ [PF MIRA 'NÚCLEO POLÍTICO' NO CASO ABIN EM NOVA FRENTE CONTRA A FAMÍLIA BOLSONARO – Folha de São Paulo](#)
- ✘ [DÉFICIT DO GOVERNO ASSUSTA E EXIGE ESFORÇO PARA CORTAR GASTOS – Folha de São Paulo](#)
- ✘ [ASSOCIAÇÃO QUESTIONA CONTROLE DA ATIVIDADE POLICIAL REGULADA PELO CNMP – O Hoje](#)
- ✘ [PACHECO PEDE LISTA AO STF – Correio Braziliense](#)
- ✘ [AUMENTO DE DESPESAS AJUDA NO DEFICIT – Correio Braziliense](#)
- ✘ [OS EQUÍVOCOS DAS PROJEÇÕES ECONÔMICAS DE 2023 – Correio Braziliense](#)
- ✘ [ANÁLISE: JUDICIÁRIO FECHA CERCO A BOLSONARO E MANTÉM PROTAGONISMO POLÍTICO – Valor Econômico](#)
- ✘ [CONTRIBUINTES SAÍRAM DERROTADOS NA MAIORIA DOS JULGAMENTOS DO SUPREMO E STJ EM 2023 – Valor Econômico](#)
- ✘ [ANO DE 2024 TERÁ MODULAÇÃO E RECURSOS REPETITIVOS – Valor Econômico](#)
- ✘ [ESTRUTURAS JURÍDICAS NO MERCADO LIVRE DE ENERGIA – Valor Econômico](#)
- ✘ [DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB](#)

**JORNAL – O POPULAR – 30.01.2024 – PÁG. 03**

**Redes sociais e saúde mental**

*Jesseir Coelho de Alcântara*

A saúde mental de algumas pessoas está entrando em colapso, e o ponto de inflexão é ameaçadoramente consistente. As redes sociais e outras delícias digitais 24 horas por dia, sete dias por semana, podem ter efeito prejudicial na saúde mental. Os sinais estão por toda a parte. Há uma deterioração nos comportamentos das pessoas.

Isso tem uma propagação maior entre jovens e, principalmente adolescentes, que hoje têm um comportamento agressivo, vivem no mundo da lua e possuem um grau de obesidade altíssimo por ficarem a maior parte do tempo pendurados, principalmente em smartphones, elevando o risco de depressão e suicídios, somados a impulsividade, ansiedade, transtornos de humor, consumos de substâncias entorpecentes, hostilidade, transtornos de déficit de atenção, hiperatividade, solidão e baixa autoestima, perda de relacionamentos interpessoais, falta de sono, sensação de isolamento, dentre outros.

O uso desenfreado de redes sociais afeta a saúde mental e desgasta relações fora das telas. A influência das mídias sociais pode comprometer a percepção da realidade da vida. Ex-funcionários de big techs revelam que redes sociais são projetadas para viciar usuários. E, muitas vezes, elas foram usadas como ferramentas para provocar ameaças de violência com mensagens no ambiente escolar. Não se pode deixar de fora que elas também são utilizadas como instrumento de propagação de fake news, gerando desconforto em grande número de pessoas.

As redes sociais são realmente as vilãs? Não. Pois é preciso considerar os benefícios resultantes do consumo saudável dessas ferramentas. Elas trouxeram muita coisa boa ao conectar — de maneira instantânea e quase mágica — as pessoas com o mundo. A internet veio para possibilitar inúmeros benefícios na nossa vida em muitas áreas. Além de auxiliar e criar um novo estilo de vida, a atual relação com a internet elevou significativamente o tempo em que ficamos conectados a redes sociais. Ela é uma ferramenta que deve ser utilizada a nosso favor, e não contra a nossa integridade física e mental.

Além de poder deteriorar a saúde mental, as redes sociais podem ser utilizadas para o cometimento de crimes virtuais com mensagens racistas, homofóbicas, misóginas, assédios e estelionatos, além de outros. Isso também corrobora para afetar a saúde mental dos usuários que podem viver em pânico e terror nesses compartilhamentos. Há comprovação científica para isso.

As redes sociais devem ser usadas para o bem e não para a prática perniciosa por parte de malandros e pilantras. Não podemos viver angustiados e fissurados ante ao exposto nessas redes. Devemos tomar todo cuidado e cautela quanto aos extremismos praticados e orientar os filhos e netos quanto ao uso



indiscriminado dos aparelhos, com monitoramento. Caso contrário, a nossa sociedade, principalmente a juvenil, poderá estar enferma corporal e mentalmente e estaremos convivendo socialmente com doentes e perturbados.

## **Viabilizar o Dia da Visibilidade**

*Anne Caroline Fernandes*



O Dia da Visibilidade Trans, celebrado em 29 de janeiro, marca uma importante jornada na luta por reconhecimento e conscientização da comunidade transgênero. Este dia não apenas celebra as conquistas alcançadas, mas também destaca a necessidade urgente de enfrentar desafios significativos, como a alta taxa de homicídios de pessoas trans no Brasil, conforme dados do Grupo Gay da Bahia (GGB).

No cenário atual, o Brasil ostenta o triste título de ser o país com o maior número de mortes de pessoas trans no mundo. A cada 48 horas, uma pessoa trans torna-se vítima de homicídio, sublinhando a urgência de implementar políticas e ações concretas para proteger essa comunidade vulnerável. A visibilidade trans, portanto, não é apenas uma questão de inclusão, mas uma forma ativa de resistir à violência e à discriminação que permeiam a vida dessas pessoas.

A importância do respeito à identidade de gênero é enfatizada neste contexto, tornando o Dia da Visibilidade Trans uma plataforma crucial para sensibilizar a sociedade sobre a necessidade de combater a transfobia. Além de celebrar conquistas, é imperativo refletir sobre a inclusão e o respeito à diversidade de gênero. No âmbito do mercado de trabalho, é vital investir em políticas públicas que garantam a inclusão efetiva de pessoas trans. Garantir oportunidades de emprego sem discriminação é uma maneira eficaz de empoderar essa população, permitindo que exerçam plenamente seus direitos. A implementação de programas de capacitação e sensibilização direcionados a empresas e organizações é essencial para criar ambientes inclusivos e acolhedores, fomentando a diversidade e a igualdade.

Acesso digno e livre de preconceitos aos serviços de saúde também emergem como pontos cruciais. Profissionais de saúde devem ser capacitados e sensibilizados para atender às necessidades específicas da população trans, garantindo um atendimento adequado e respeitoso. Este é um passo fundamental para assegurar que a comunidade trans tenha acesso aos cuidados de saúde sem enfrentar discriminação ou estigmatização.

A promoção da inclusão da comunidade transgênero exige um esforço conjunto da sociedade, governos e instituições em diversos aspectos. Desde a garantia de direitos básicos até a conscientização e respeito mútuo entre todos os indivíduos, a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva para todos é uma responsabilidade compartilhada.

Ao celebrar o Dia da Visibilidade Trans, oferecemos uma oportunidade única para dar voz às pessoas trans, ampliando a visibilidade de suas realidades. Enfrentar preconceitos, desafiar estigmas e promover uma sociedade mais justa e inclusiva são passos cruciais para o reconhecimento da diversidade de identidades de gênero. É importante celebrar essa data como um veículo para a construção de um ambiente social que respeite e acolha todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual.

**JORNAL – O POPULAR – 30.01.2024 – PÁG. 08**

### **Abin e gabinete do ódio**

*Eliane Cantanhêde*

Apesar da reação da família Bolsonaro e seus seguidores, qual a surpresa na operação da Polícia Federal para aprofundar as provas, que não são poucas, contra o vereador do Rio Carlos Bolsonaro? O próprio Jair Bolsonaro, como presidente, admitiu ter um SNI “particular”. O ex-ministro Gustavo Bebião denunciou no Roda Viva que Carlos comandava “uma Abin paralela”. O general e ex-ministro Santos Cruz saiu indignado com as traquinagens dos “meninos” no governo. E o “gabinete do ódio” revelado pelo nosso Estadão, era para quê?



Como em tudo na era Bolsonaro, inclusive nas articulações do golpe, os três filhos mais velhos do presidente estavam na linha de frente, logo, viraram alvos. O papel de Carlos na campanha de 2018 era manipular informações e criar fakenews a favor do pai e contra adversários ou quem poderia atrapalhar o golpe. E continuou no governo, usando órgãos, quadros e equipamentos públicos - até ilegais.

Assim como os filhos, também militares foram convocados para as guerras pessoais, políticas e ideológicas do então presidente. Logo, não é surpresa o surgimento do subtenente do Exército Giancarlo Gomes Rodrigues, cedido pela Defesa para o delegado da PF Alexandre Ramagem na Agência Brasileira de Inteligência (Abin), onde sua mulher já era servidora da ativa.

Foi na casa dele, ou melhor, deles, que a PF encontrou, entre outras, duas peças-chave nas investigações, um computador e um token da própria Abin que serão de grande utilidade para a PF: os pedidos indevidos de inquéritos sigilosos, até secretos, da Abin que dissessem respeito ao presidente, seus filhos, aliados, adversários e críticos -- e, claro, ao golpe.

Não foi um acaso a PF encontrar na Bahia esse “ouro puro” para as investigações, bem distante dos endereços dos Bolsonaro em Brasília, Rio e São Paulo, além de Angra dos Reis (RJ), onde Jair, o 01, 02 e 03 estavam para uma live eleitoral. Carlos não guardaria isso no próprio armário e a PF já sabia direitinho onde

procurar esse computador específico, além de saber que muitas provas emergiriam dos outros endereços da família. E emergiram.

Quando a PF bateu à porta em Angra, os quatro já tinham ido pescar, o que não muda nada. Os policiais encontraram farto material e o “assalto” às instituições na era Bolsonaro, especialmente as de inteligência e informação, está cada vez mais provado. Informação é poder. E, como na pandemia, quem deu o caminho das pedras para a PF e produziu provas contra si foram o presidente, filhos, aliados e ex-aliados. Um SNI “paralelo” já seria gravíssimo, mas um SNI “particular” é ainda pior.

## **JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 30.01.2024 – PÁG. A2**

### **A conta da ganância**

O pior no megadéficit de 2023 é o avanço das despesas de caráter obrigatório



Consideradas as circunstâncias, o megadéficit do Tesouro Nacional recém-contabilizado em 2023 é mais alarmante do que sugere a mera comparação histórica. O rombo de R\$ 230,5 bilhões (sem contar encargos com juros da dívida), ou 2,1% do Produto Interno Bruto, foi o terceiro maior em termos anuais desde o Plano Real, de 1994 —antes disso, a inflação descontrolada distorcia as cifras e permitia superávits elevados. Só houve resultados piores em 2016 (2,6% do PIB no vermelho) e 2020 (9,8%).

Deve-se levar em conta, porém, que, no primeiro caso, tratava-se do ano da fixação de um teto para os gastos federais, que deveriam cair como proporção da economia a partir dali; no segundo, havia a necessidade indiscutível de desembolsos extraordinários para o enfrentamento da pandemia, que não se repetiriam no futuro. Desta vez, não apenas se verificou retrocesso numa trajetória de ajuste fiscal como grande parte do déficit foi provocado pelo aumento de despesas de caráter permanente —e já num primeiro ano de mandato presidencial.

Ressalve-se que houve desembolsos atípicos em 2023, em especial para a quitação de precatórios atrasados herdados da gestão Jair Bolsonaro (PL). Mas o resultado divulgado pelo Tesouro também tomou liberdades indevidas ao contabilizar receitas que serão excluídas na apuração definitiva, a cargo do Banco Central. Tudo descontado, tem-se um déficit acima de R\$ 140 bilhões, que evidencia a virtual impossibilidade do cumprimento da meta oficial de equilibrar receitas e despesas já neste 2024. Mesmo até o final deste governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em 2026, será difícil.

A administração petista não se limitou a acomodar no Orçamento a multiplicação dos valores do Bolsa Família —correta, ainda que motivada pela ofensiva eleitoreira de Jair Bolsonaro (PL). Foi ressuscitada a

fórmula de reajuste do salário mínimo acima da inflação conforme o crescimento da economia, o que terá impacto direto e contínuo em gastos com benefícios previdenciários, assistenciais e trabalhistas. A alta nessas rubricas foi de 9,3% para 9,8% do PIB de 2022 para 2023.

Restabeleceram-se, ademais, as regras de desembolso mínimo em educação e saúde segundo percentuais fixos da receita. Isso significa menos margem de manobra em um Orçamento já engessado. Depois de um ano perdido, começa agora uma nova etapa de ajuste das contas públicas. Ela não terá sucesso, é preciso repetir, se mirar apenas em mais arrecadação, sem o conter o avanço dos dispêndios, principalmente os obrigatórios.

### Se queres a paz

Em aceno a militares, Lula mantém gastos em Defesa, mas distorção continua

A simbiose entre militares e o bolsonarismo é fenômeno bastante conhecido e cujas motivações foram expostas com desassombro pelo mentor da volta dos fardados ao palco político, o ex-comandante do Exército Eduardo Villas Bôas, em um livro-depoimento de 2021. Os resultados, deletérios tanto para a institucionalidade como um todo quanto para o estamento militar, são igualmente notórios.

Na esquerda, nem sempre muito afeita a leituras mais sutis da realidade, a ojeriza aos fardados oriunda dos tempos da ditadura transmutou-se na crença de que todo militar é golpista em potencial. Por óbvio, há setores dados a rupturas nas Forças Armadas, alguns envolvidos em intencionalidades desde antes da Proclamação da República —instaurada, aliás, por um golpe. Também é evidente que essas franjas não foram majoritárias no tenso período entre a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o fatídico 8 de janeiro do ano passado. Se havia apoio a ideias de sublevação, ele foi domado.

A subsequente demissão do comandante do Exército por diversos fatores, como a leniência com as hordas que atacaram Brasília, acirrou os ânimos no novo governo. O entorno mais à esquerda de Lula passou a pressionar por mudanças constitucionais acerca do papel das Forças. No entanto encontrou no chefe da pasta da Defesa, José Múcio Monteiro, uma barreira diplomática eficaz.

Leitor presumido do escritor romano Flávio Vegécio, o ministro sabe que "si vis pacem, para bellum", ou seja, se queres a paz, prepara-te para a guerra. Assim como nos dois mandatos anteriores de Lula, a lição foi assimilada de forma pragmática. Seu governo manteve o padrão de gasto militar deixado por Jair Bolsonaro (PL). Ademais, segue em curso o crédito obtido pela Marinha por uma manobra que lhe permite gastar com navios de guerra por meio da estatal Emgepron, que não faz parte das contas do Tesouro.



As distorções se mantêm. Como mostrou a Folha, o gasto com pessoal chegou a 80% do orçamento da Defesa em 2023, mais da metade com inativos, enquanto o investimento respondeu por apenas 6,8%. Quando houve oportunidade de lidar com o problema, na reforma previdenciária de 2019, os militares ganharam benesses adicionais. As Forças Armadas sonham com o padrão da Otan, de 2% do PIB para o setor, ante o 1,1% de 2023. Mas a aliança preconiza 20% de investimento, algo inalcançável com a estrutura torta de dispêndio atual.

### Amargo regresso

Daqui em diante, Congresso será mais hostil do que nunca na relação com o Planalto

*Dora Kramer*

O Congresso Nacional volta do recesso nesta semana mais hostil do que nunca em relação ao Planalto. O



presidente da República teve um ano para ajeitar a base, fazer o que seria de se esperar de sua festejada competência política aliada à experiência dos mandatos anteriores, além de um aprendizado de escândalos decorrentes do convívio com o Legislativo escrito por linhas tortas.

Luiz Inácio da Silva (PT) teve outras prioridades em 2023 e dedicou-se a elas confiante na ideia de que o Senado lhe seria mais amigável e a Câmara estaria pacificada se não atrapalhasse a vida de Arthur Lira (PP-AL) na renovação do comando da Casa.

Lula não levou em conta a mudança dos ventos dentro e fora do Parlamento. Iludiu-se com a boa vontade inicial e apostou todas as fichas no jogo da atração via cargos e emendas. Pois eis que 2024 se inicia em ambiente de cobrança por acordos não cumpridos e por ampliação de acertos tidos como insuficientes ante o apetite insaciável que não diferencia governistas de oposicionistas.

As coisas caminharam bem enquanto as pautas do Planalto coincidiram com o pensamento da maioria. Quando houve confronto de convicções, o governo foi derrotado ou precisou recuar. Não é trivial a derrubada de 53% dos vetos presidenciais nem a imposição de um acréscimo de R\$ 4 bilhões num fundo eleitoral para o qual o presidente havia proposto R\$ 938 milhões.

É consenso explícito no Congresso que dias piores virão. Há uma eleição à vista e nela os partidos ditos da base deixarão claro o descompromisso com fidelidades governamentais. Há também neste ano a disputa pela troca de presidências da Câmara e do Senado logo no início de 2025.

Uma briga de opositoristas que permeará 2024 e da qual o Planalto será espectador inativo. Uma vez tendo a força, o Parlamento não desistirá do poder amplificado. Não fará concessões e vai escolher sucessores de Lira e Rodrigo Pacheco (PSD-MG) que lhe permita seguir na toada da pressão.

### **Legalizar o uso da Cannabis é uma pauta de Jesus?**

A advogada Patricia Villena Marino quer desconstruir a ideia de que essa é a planta do diabo

*Juliano Spyer*

Bati em muitas portas em busca de evangélicos que defendem publicamente o uso medicinal da *Cannabis*. E recebi duas respostas. Uma parte das pessoas dava de ombros, achando que cristianismo e maconha são temas que não andam juntos. Ou elas me apontavam para a presidente do Instituto Humanitas360, Patricia Villela Marino. E é fácil entender o motivo: para ela, debater sobre a Cannabis "é uma pauta de Jesus entre nós, porque ela exige a superação de muito repertório, de muita religiosidade e de muito farisaísmo." No idioma bíblico, farisaísmo é sinônimo de hipocrisia.



Patrícia cresceu em um ambiente familiar conservador em termos de costumes. "Desde a infância, aprendi que skatista era maconheiro, surfista era maconheiro e se tinha tatuagem, então, era super maconheiro." Mas ela começou a rever essa perspectiva quando os amigos Tarso Araujo e Raphael Erichsen pediram sua ajuda para finalizar o documentário "Ilegal - A vida não espera", sobre famílias que lutam pelo direito de usar a Cannabis para lidar com doenças sem alternativas melhores de tratamento.

Quando o filme estava sendo finalizado, em 2013, Patrícia tinha se tornado mãe depois de mais de uma década de luta contra a infertilidade. "Ter o meu filho foi muito difícil, mas foi uma bênção ele ter nascido saudável. Mas as mães que conheci pelo documentário não podiam tomar banho porque suas crianças tinham 30 convulsões por dia," ela contou. "A minha escassez me conectou com a escassez delas."

Patrícia não é favorável ao uso recreativo da maconha, especialmente para adolescentes, mas sua atuação inclui promover o debate sobre o uso medicinal dentro de círculos evangélicos. "Se nós acreditamos que Deus criou todas as coisas, por que ele deixaria uma planta para o demônio?", ela questiona. "Ainda mais uma planta com essa capacidade terapêutica, que se torna um remédio necessário para quadros agudos de epilepsia, para Alzheimer, Parkinson, até para condições de dor crônica?"

Patrícia recorreu à ciência para rever seus preconceitos e hoje leva esse debate para espaços como a bancada evangélica no Congresso Federal. Ela também participou da elaboração do projeto para a distribuição do canabidiol pelo SUS, que se tornou lei sancionada pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas. Há um

perfil de evangélicos —ouso dizer, até mais de evangélicas— que, como Patricia, vêm do conservadorismo e que hoje se distanciaram dele. Elas falam o idioma da religião e defendem a ciência e causas ligadas a direitos humanos. E fazem isso em espaços em que vozes progressistas não chegam. Elas não representam todos os evangélicos, mas em um país dividido, seu engajamento ou distanciamento de candidaturas pode definir quem vencerá as próximas eleições.

## **JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 30.01.2024 – PÁG. A3**

### **Imposto seletivo ou lei seca para pobres?**

Ampliar carga tributária, que já é alta, afetará setor de bebidas e consumidores

*Percival Maricato*



A Reforma Tributária aprovada na Câmara dos Deputados premia alguns setores econômicos e promete castigar outros com mais impostos. Entre os produtos que terão sua produção e comercialização penalizadas e encarecidas está o de bebidas alcoólicas, qualificado com "externalidades negativas". Por causa disso, sofrerá incidência do "imposto seletivo".

Mesmo antes de tais conceitos, as bebidas já eram alvo de aumentos de impostos. De acordo com dados do IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação), o percentual de imposto pago sobre um copo com chope é de 62,2%; cerveja, 55,6% o preço de cada garrafa. Adeptos da cachaça pagam mais: 81,87% por garrafa; amantes do vinho não saem ilesos: 54,73%; e destilados importados, como uísque, chega a 61,22%. Para deixar

ainda mais claro: ao se beber uma simples caipirinha, o consumidor paga 76,66% de impostos. Portanto, que fique claro: no Brasil, há muito tempo, "bebe-se" mais impostos do que a própria bebida. A elevada carga tributária inviabiliza o desenvolvimento de exportações significativas na área. No sentido contrário, muitos países, inclusive da tão admirada Europa e nos Estados Unidos, os investimentos nesse segmentos são crescentes porque a taxa não é tão abusiva.

Ao contrário do que muitos acreditam, novos aumentos de impostos sobre essa classe de bebidas, principalmente se inadequados, terão resultados negativos. As alíquotas elevadas atuais já estimulam o crescimento dos alambiques de fundo de quintal, as bebidas e selos falsificados, o contrabando, a informalidade, a concorrência desleal e a sonegação. Ao aumento da criminalidade some-se o risco à saúde pública. As descobertas de adulteração e falsificação de bebidas alcoólicas têm crescido, acompanhadas do aumento de registros de consumidores adentrando hospitais por causa de seus efeitos.

No setor de bebidas, mais impostos equivalerão a uma lei seca para pobres. Mesmo um chopinho ficará caro para a renda da maioria dos brasileiros. Será um imenso prejuízo para milhões de pequenos produtores,

distribuidores, proprietários e funcionários de bares e restaurantes. Só destes últimos dependem pelo menos 7% da população brasileira.

Para milhões de brasileiros, tomar um chope, uma taça de vinho ou mesmo uma cachaça conversando socialmente com amigos, namorando ou falando dos prazeres e desprazeres da vida significa algo: liberdade. E, no contexto atual, grupos de interesse em levar a sociedade para a forma que entendem ser a correta têm atuado para tolher direitos individuais e coletivos. Sem coragem de expor claramente a qual agenda servem, optam pela distorção dos fatos para impor a ditadura do moralismo, agora na atividade econômica.

O tamanho da incidência do imposto seletivo ainda será definido nos próximos meses, mas é importante que esses milhões e milhões de brasileiros que produzem, comercializam, gostam e querem tomar seu drinque no final de tarde ou à noite fiquem alertas. Ou o resultado será uma lei seca mostrenga, castigo para todo um setor econômico constituído principalmente de pequenas empresas.

## **JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 30.01.2024 – PÁG. A4**

### **PF mira 'núcleo político' no caso Abin em nova frente contra a família Bolsonaro**

Carlos Bolsonaro, que já era alvo de outros inquéritos, sofreu buscas em endereços nesta segunda-feira

A Polícia Federal cumpriu nesta segunda-feira (29) mandados de busca e apreensão tendo como alvo o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos), na terceira operação da investigação sobre a chamada "Abin Paralela" no governo de Jair Bolsonaro (PL). Agentes da PF vasculharam endereços ligados a Carlos na cidade do Rio de Janeiro (uma casa, seu gabinete na Câmara Municipal e seu escritório político), além da residência de veraneio da família, na Vila Histórica de Mambucaba, em Angra dos Reis.



Na decisão em que autorizou as buscas, o ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), relata que o objetivo da PF foi "avançar no núcleo político, identificando os principais destinatários e beneficiários das informações produzidas ilegalmente no âmbito da Abin [Agência Brasileira de Inteligência]". "A organização criminoso infiltrada na Abin também se valeu de métodos ilegais para a realização de ações clandestinas direcionadas contra pessoas ideologicamente qualificadas como opositoras, com objetivo de 'obter ganho de ordem política posto que criavam narrativas para envolver autoridades públicas de extrato político opositorista da então situação'", escreveu Moraes.

A ação desta segunda-feira é uma nova frente investigativa mirando a família Bolsonaro, que nos últimos anos esteve no centro de apurações envolvendo, por exemplo, a prática de "rachadinha" e a articulação de milícias digitais. Carlos Bolsonaro, que foi o principal responsável pela estratégia de campanha online na



## CLIPPING

DATA  
30.01.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº  
11 de 28

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

eleição presidencial de 2018, já tinha sido incluído em inquérito sobre disseminação de fake news, ainda durante o mandato do pai. Ele não se manifestou sobre as buscas desta segunda-feira.

A autorização para as buscas —que foram solicitadas pela PF e tiveram parecer parcialmente favorável da PGR (Procuradoria-Geral da República)— tem como base uma mensagem de 2020 em que uma assessora de Carlos pede, por meio de uma auxiliar de Alexandre Ramagem, então chefe da Abin, que levante informações sobre investigações contra o então presidente da República e seus filhos. Na mensagem, a assessora Luciana Almeida diz: "Bom diaaaa Tudo bem? Estou precisando muito de uma ajuda". Depois, ela envia outro texto com referência a inquéritos. "Delegada PF. Dra. Isabella Muniz Ferreira – Delegacia da PF Inquéritos Especiais Inquéritos: 73.630 / 73.637 (Envolvendo PR e 3 filhos)."

Ramagem, que é próximo da família Bolsonaro e hoje é deputado federal, foi o principal alvo da operação anterior, realizada na última quinta-feira (25). A primeira operação sobre o caso foi realizada em outubro passado. De acordo com a PF, os achados indicam que a família presidencial usava Ramagem para obter informações sigilosas.

Em fevereiro de 2020, por exemplo, o então diretor da Abin teria imprimido um relatório com "informações de inquéritos eleitorais em curso na Polícia Federal que listavam políticos do Rio de Janeiro". Em trecho da representação citado na decisão, a PF diz que informações sigilosas impressas por Ramagem eram "possivelmente para entregar aos destinatários do núcleo político". "A solicitação da 'ajuda' se referia a investigações que envolveriam filhos do então presidente da República e deste mesmo. A autoridade representante enxerga no episódio o recurso do que chama de núcleo político do grupo do dr. Ramagem, para obtenção de informações sigilosas e/ou ações ainda não totalmente esclarecidas", diz trecho da manifestação da PGR sobre o pedido de busca da PF.

Os policiais foram a Angra em um helicóptero da Polícia Rodoviária Federal, mas não encontraram ninguém da família Bolsonaro a princípio. O ex-presidente, Carlos e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) haviam saído de lancha para pescar, segundo aliados e a defesa do ex-presidente. O local entrou na lista de buscas da PF após a descoberta de que Carlos estava na casa, de onde transmitiu uma live com o pai neste domingo (28), ao lado também de Eduardo Bolsonaro.

Desde março, a PF investiga a suspeita de que a gestão Bolsonaro tenha usado o software israelense FirstMile com o objetivo de espionar adversários políticos, além de a Abin ter abrigado ações de interesse privado da família presidencial. No gabinete e no escritório político de Carlos, a PF apreendeu dez computadores, um aparelho celular e diversos documentos. Da casa na Barra da Tijuca, no mesmo condomínio em que o pai tem residência, foram levados dois computadores, dois aparelhos celulares, pendrives, uma caneta espiã e outros documentos. Da residência da família em Mambucaba, a PF levou um aparelho celular e três laptops.

Como mostrou a coluna Mônica Bergamo, da Folha, a casa estava vazia na manhã desta segunda quando a PF chegou ao local. Bolsonaro e seus filhos haviam saído para pescar e ainda não haviam retornado. Imagens divulgadas pela GloboNews no final da manhã mostraram Bolsonaro e seus filhos do lado de fora da casa acompanhando a saída de agentes da PF que cumpriram as buscas. Também foram alvos da operação endereços da assessora Luciana Almeida, da ex-assessora de Alexandre Ramagem Priscila Pereira e Silva, e



## CLIPPING

DATA  
30.01.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº  
12 de 28

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

do militar Giancarlo Gomes Rodrigues, que foi cedido à Abin durante a gestão de Ramagem. Na casa de Rodrigues, em Salvador, a PF encontrou um computador do patrimônio da Abin.

Bernardo Fenelon, que é advogado de associação de profissionais da Abin e disse representar a esposa de Giancarlo, afirmou, em nota, "que o computador apreendido na casa [da] servidora pública federal da Abin era, em verdade, o seu aparelho funcional". A defesa afirma ainda que ela não era alvo do mandado e que a apreensão de seus bens foi ilegal. Em live neste domingo, ao lado dos filhos Flávio, Carlos e Eduardo, Bolsonaro negou que tenha criado uma "Abin paralela" para espionar adversários. Já nesta segunda o ex-presidente disse à coluna Mônica Bergamo, da Folha, que a intenção da operação é a de "esculachar" com ele e sua família.

"A defesa entende que houve um excesso no cumprimento da busca e apreensão, ao passo que foram apreendidos objetos pessoais de cidadãos diversos do vereador Carlos Bolsonaro, apenas pelo fato de estarem no endereço em que a busca foi realizada", diz nota assinada pelos advogados Paulo Amador da Cunha Bueno, Daniel Bettamio Tesser e Fábio Wajngarten. Flávio e Eduardo também reagiram à operação, argumentando que a ação foi ilegal e cinematográfica.

Um assessor de Bolsonaro, Tercio Arnaud Tomaz, afirmou ter tido bens pessoais seus apreendidos indevidamente na operação. A defesa do assessor encaminhou petição a Moraes pedindo a imediata devolução de um tablet e um laptop do seu cliente —que teriam sido levados pelos policiais mesmo havendo esclarecimento de que eles não pertenciam a Carlos, alvo da operação. Os advogados de Tércio afirmaram, também em nota, ser "inaceitável e inconcebível que terceiros, sem absolutamente qualquer tipo de relação com os fatos apurados, tenham seus bens apreendidos com base em maldosa e indecorosa interpretação de determinada ordem judicial específica".

Tércio Arnaud estava na residência de praia da família Bolsonaro, durante a operação. Eduardo Bolsonaro também se manifestou sobre o assunto em suas redes sociais. "O mandando era tão genérico que foi cogitado apreender o celular deste deputado federal e das demais pessoas que por ventura estivessem na residência", escreveu. A Folha procurou a assessoria da Polícia Federal na noite desta segunda, mas não houve resposta até a publicação da reportagem.

Relatórios produzidos pela agência sob Bolsonaro e o uso do software espião FirstMile estão no centro da investigação da PF. Os investigadores afirmam que oficiais da Abin e policiais federais lotados na agência monitoraram os passos de adversários políticos de Bolsonaro e produziram relatórios de informações "por meio de ações clandestinas" sem "qualquer controle judicial ou do Ministério Público". O programa espião investigado pela PF tem capacidade de obter informações sobre a localização aproximada das pessoas. Ele não grava conversas ou trocas de mensagens. Além de Carlos, os policiais também investigam suposto uso da agência para favorecer Flávio e Jair Renan. A PF afirma que a Abin sob Ramagem também se valeu do software FirstMile para monitorar o então presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e a ex-deputada Joice Hasselmann, ambos desafetos políticos de Bolsonaro.

**JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 30.01.2024 – PÁG. A11**

**Déficit do governo assusta e exige esforço para cortar gastos**

Governo poderia usar o veto para economizar os recursos, e as lideranças políticas poderiam deixar de lado a briga com o governo em torno das emendas

O déficit de R\$ 230,5 bilhões nas contas do governo no primeiro ano do governo Lula assusta e exige esforço para a contenção de despesas. A começar pelos R\$ 5,6 bilhões de emendas parlamentares de comissão que foram vetadas pelo presidente Lula e são motivo de renovado ponto de atrito entre o Congresso e o governo neste início de 2024.



Numa solução salomônica, o governo poderia usar o veto para economizar os recursos ao invés de recompor gastos em outras áreas. Já as lideranças políticas poderiam deixar de lado a briga com o governo em torno das emendas e reforçar a negociação dos projetos para o crescimento econômico no Congresso. Há razões dos dois lados para seguir esse caminho. Pelo lado do governo, ajudaria a perseguir a meta do ministro Fernando Haddad (Fazenda) de zerar o déficit —que, apesar da aposta geral de que será alterada, não morreu e segue funcionando como uma âncora fiscal para conter o risco de um afrouxamento fiscal maior.

Para o Congresso, seria uma forma de ter um mínimo de coerência diante das cobranças de lideranças políticas do centrão de que o governo precisa cortar gastos e parar de propor medidas só do lado da arrecadação. Sem falar que a maior parte das emendas vetadas é paroquial e está concentrada em poucos itens—pavimentação, calçamento e aquisição de maquinário agrícola, como tratores e retroescavadeiras—que de nada contribuem para impulsionar investimentos realmente estruturantes nos redutos eleitorais.

Não falta contradição no discurso dos dois lados. Se fosse para buscar a meta de déficit zero do Orçamento, o esforço do governo Lula seria para vetar as emendas e apertar as despesas de áreas que têm gordura para segurar o tranco. E, acreditem, elas existem! O problema é que o Congresso, para aumentar o valor das emendas, cortou recursos em determinadas políticas públicas cujo encolhimento vira sempre um chamariz de críticas. Entre os alvos dos cortes, estão verbas de programas como Auxílio Gás, Farmácia Popular e bolsas de ensino superior e dinheiro para a Polícia Federal.

Uma panela de pressão que sempre explode nos noticiários. Mas sabe-se que não há nada que não se possa resolver com uma boa gestão orçamentária. A contradição dos líderes —que apontam o dedo para os gastos do governo— é que eles também não estão nem aí para a eficiência do gasto. Buscam apenas mais poder sobre os recursos do Orçamento, não importando se os investimentos são produtivos.

Um corte "puro-sangue" dos R\$ 5,6 bilhões das emendas parlamentares de comissão não resolveria o problema, mas mostraria alguma disposição em seguir com a meta, o que colocaria mais pressão do Congresso para ajudar no ajuste fiscal pelo lado das despesas. O cenário à vista, ao menos por enquanto, é o mesmo do que aconteceu no governo Bolsonaro, especialmente em 2020 e 2021, quando os três primeiros meses do ano foram gastos em crises e negociações com o governo em torno de um acordo para desfazer o impasse orçamentário.

A pedido do Palácio do Planalto, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, já sinalizou que o corte das emendas será provisório. Entre os líderes dos partidos de centro-direita, a estratégia é rejeitar rapidamente a MP da reoneração e derrubar o veto do presidente ao cronograma de pagamento das emendas. O jogo é fazer Haddad mudar a meta. Acham que, se o governo fizer um bloqueio menor e ficar sem cronograma, poderá direcionar gastos a seus redutos e aliados, segurando as emendas dos demais. São todos sócios do déficit.

**JORNAL – O HOJE – 30.01.2024 – PÁG. 10**

### **Associação questiona controle da atividade policial regulada pelo CNMP**

*Manoel L. Bezerra Rocha*

A Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol/Brasil) ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 7592) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra resolução do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) que trata das atribuições do MP para controle externo da atividade policial. A entidade afirma que a Resolução 279/2023 viola diversas regras constitucionais, como a falta de competência do CNMP para regulamentar a matéria. Essa função, segundo a Adepol/Brasil, é atribuída constitucionalmente ao Ministério Público e deve ser fixada por meio de lei complementar e que já fora editada pelo Congresso Nacional (Lei Complementar 75/1993).



De acordo com a Adepol, a norma permite ao MP realizar investigações criminais de forma ampla, geral e irrestrita, sem controle jurisdicional, o que também é vedado pela Constituição. Para a entidade, o objetivo é impor uma relação de subordinação hierárquica ou administrativa das instituições policiais ao Ministério Público. A Adepol/Brasil aponta, ainda, dispositivo específico da resolução (artigo 5º, inciso III) que confere ao MP o poder de presidir e conduzir inquéritos policiais e procedimentos administrativos de investigação criminal. Seu argumento é de que esse poder usurpa a apuração de infrações penais a cargo da polícia judiciária.

**Autoatendimento**

O Projeto de Lei (PL) 5.243/2023 prevê que postos de abastecimento de combustíveis poderão permitir o funcionamento de até 50% por cento de bombas de autosserviço. Segundo o PL, consumidores terão o direito de escolher entre os frentistas e o abastecimento por conta própria. Pelo texto, a medida vai amenizar a alta dos preços dos combustíveis e dará “mais flexibilidade e economia para os consumidores”. Em relação à segurança, ele afirma que os equipamentos têm passado por melhorias tecnológicas significativas e estão ajustados aos novos modelos de veículos híbridos e elétricos.

### **Amparo ao trabalhador**

O Projeto de Lei 3423/23 permite que empresas que usam inteligência artificial (IA) façam contribuições voluntárias ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Os recursos serão usados para custear programas de qualificação profissional para os trabalhadores substituídos pela IA. Instituído pela Lei 7.998/90, o FAT custeia o programa de seguro-desemprego e o abono salarial anual, e empréstimos operados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O fundo tem como fonte principal as contribuições ao PIS/Pasep.

### **CNJ recebe sugestões sobre soluções consensuais de ordem disciplinar para juízes**



A Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ) recebe, até o dia 2 de fevereiro, sugestões das corregedorias dos tribunais do país para a regulamentação do novo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) aplicável a magistrados e delegatários de serviços notariais e de registro. A medida tem como objetivo encontrar soluções consensuais de conflitos de ordem disciplinar.

A proposta inicial para a celebração do TAC sugere que as infrações devem ser consideradas de menor potencial de lesividade a deveres funcionais e o magistrado, além de vitalício, não pode estar respondendo a outro processo administrativo disciplinar (PAD); não ter celebrado outro instrumento semelhante, como o TAC, e nem ter sido apenado disciplinarmente nos últimos três anos. A intenção é que a Corregedoria Nacional de Justiça proponha a celebração de um Termo de Ajustamento de Conduta ao investigado para prevenir novas infrações e promover a cultura de moralidade e eficiência no serviço público.

### **STM declaro indigno tenente-coronel condenado por estupro de criança**

O Superior Tribunal Militar declarou indigno para o oficialato e determinou a perda do posto e da patente de um tenente-coronel do Exército, condenado na justiça criminal comum, por unanimidade, a dez anos e seis meses de prisão por violência sexual contra uma criança. A Declaração de indignidade para o oficialato ocorre quando um oficial é condenado à pena privativa de liberdade por um período superior a dois anos.

### **Novos integrantes do TER em Goiás**

O Órgão Especial do TJGO indicou os nomes dos desembargadores Luiz Cláudio Veiga Braga e Ivo Fávaro para integrarem ao TRE de Goiás como titulares, atendendo à solicitação do desembargador Itaney Campos, presidente do TRE-GO.

## **JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 30.01.2024 – PÁG. POLÍTICA**

### **Pacheco pede lista ao STF**

Por meio de ofício, presidente do Congresso solicitou ao Supremo nomes de parlamentares alvos de espionagem da Abin

*Aline Brito / Luana Patriolino / Renato Souza / Evandro Éboli*

O presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), enviou, ontem, ofício ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a lista dos nomes de parlamentares que foram alvos da espionagem ilegal realizada pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

“Encaminharei ao Supremo Tribunal Federal ofício solicitando os possíveis nomes de parlamentares clandestinamente monitorados pela Agência Brasileira de Inteligência, dada a gravidade que um fato dessa natureza representa”, declarou Pacheco.

O documento foi destinado ao relator do inquérito que investiga o caso na Suprema Corte, ministro Alexandre de Moraes. A iniciativa de Pacheco surgiu após a Polícia Federal (PF) deflagrar nova fase da operação Vigilância Aproximada, que cumpriu um mandado de busca e apreensão em endereços ligados ao vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), filho 02 do ex-presidente.



Sobre a operação, Jair Bolsonaro acusou Moraes de “perseguição implacável”. “Nunca existiu Abin paralela para proteger quem quer que seja. É uma perseguição implacável que, no meu entender, o objetivo é esculachar. Eu não tenho nada a ver com essa questão da busca e apreensão”, alegou o ex-presidente. “Não quero culpar a Polícia Federal. É uma perseguição implacável por parte do ministro Alexandre de Moraes, é inacreditável o que esse homem faz.”

Nas redes sociais, parlamentares bolsonaristas compartilharam o mesmo ponto de vista do ex-chefe do Executivo. O deputado Messias Donato (Republicanos-ES) reagiu à busca contra o vereador da capital fluminense. “E começa mais uma semana com perseguição política escancarada para minar adversários e calar a oposição. E ainda tem quem ache que estamos em uma democracia plena”, registrou. Enquanto

parlamentares da oposição se solidarizaram com o filho 02 de Bolsonaro e acusam o STF de querer acabar com a direita política no Brasil, políticos que integram a base do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) comemoraram a operação da PF.

O secretário executivo do Ministério da Justiça, Ricardo Cappelli, acusou a oposição de incoerência. “Cometem crimes e apontam o dedo. Espionaram e monitoraram ilegalmente milhares de brasileiros e brasileiras e, agora, se dizem perseguidos”, escreveu. “Quem os persegue são os princípios consagrados na Constituição”, completou. Na postagem, Cappelli ainda parabenizou a PF pela operação. Nesse sentido, o deputado Guilherme Boulos (Psol-SP) e pré-candidato à prefeitura de São Paulo pediu que a polícia identifique “todos os responsáveis”. “A investigação sobre pessoas ligadas ao esquema da Abin paralela chegaram (que surpresa!) no Carluxo e seus assessores”, ironizou Boulos.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, o deputado federal André Janones (Avante-MG) e o senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), líder do governo no Senado, também demonstraram contentamento com a operação. “Não há nada escondido que não venha a ser revelado”, publicou Randolfe, em referência a uma passagem bíblica. Já o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, ressaltou que houve uma “contaminação” dos órgãos públicos no governo anterior.

Segundo ele, havia uma organização criminosa instalada nas instituições. “Os processos de apuração não se restringem à Abin. Envolvem todos os órgãos, sejam civis ou militares”, frisou. “Desde o ano passado, isso já vem sendo desenvolvido de forma autônoma pela Polícia Federal, a partir das determinações do Judiciário, e nós não descansaremos enquanto todos aqueles envolvidos nos crimes preparatórios de 8 de janeiro sejam devidamente apurados e punidos. Existia uma organização criminosa no governo anterior que envolvia várias instituições.”

Ele defendeu a continuidade das investigações. “O clima de ódio semeado durante quatro anos no governo anterior envolveu e contaminou várias instituições civis e militares, e a apuração sobre envolvimento individual em todas as instituições tem que continuar”, destacou.

## **JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 30.01.2024 – PÁG. BRASIL**

### **Aumento de despesas ajuda no déficit**

*Edla Lula*



O saldo deficitário de R\$ 230,5 bilhões nas contas públicas de 2023 foi resultado do descompasso entre a arrecadação e os gastos. A receita líquida, de R\$ 1,9 trilhão, encolheu 2,2% em relação a 2022, em termos reais (descontada a inflação). Enquanto isso, as despesas avançaram 12,5%, na mesma base de comparação, para R\$ 2,1 trilhões, conforme os dados do Tesouro Nacional divulgados ontem.

Além do pagamento dos precatórios, quedas na arrecadação de receitas importantes contribuíram para esse resultado negativo de 2,1% do Produto Interno Bruto (PIB), o segundo maior rombo nominal das contas públicas da série histórica do Tesouro Nacional.

A arrecadação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Sobre o Lucro Líquido (CSLL), de 11,8%, e das concessões e de dividendos, que despencaram 82% e 44,7%, respectivamente. Ainda houve redução de 21,1% nas receitas não administradas pela Receita Federal, uma vez que o desempenho positivo das commodities de 2022 não se repetiu em 2023. As administradas, por sua vez, caíram 1%, no último ano, porém com a rubrica “Outras Receitas Administradas pela Receita” cresceram 39,5%. “Parte das medidas fiscais aprovadas pelo Executivo no decorrer do ano passado afetam diretamente essa rubrica, como o imposto sobre exportação de óleo bruto e o programa de redução de litigiosidade, que, em conjunto, arrecadaram cerca de R\$ 10 bilhões em 2023”, observou Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos.

Do lado das despesas, houve aumento de 42,4% das obrigatórias com controle de fluxo, onde está o Bolsa Família, além do crescimento de 7,9% dos benefícios previdenciários, impactados, especialmente, pela correção acima da inflação do salário mínimo. Os gastos discricionários cresceram 15,3%. Tiago Sbardelotto, economista da XP Investimentos, ressaltou que o aumento de medidas arrecadatórias implementadas em 2023 não foram suficientes para compensar a queda nas receitas não tributárias, como concessões e dividendos “Excluindo os eventos extraordinários do resultado primário, teríamos um deficit de R\$ 146,8 bilhões (1,3% do PIB), longe da meta ‘informal’ do governo de um deficit de 1% do PIB”, completou.

O economista da XP acredita que as medidas recém-aprovadas pelo Congresso para aumentar as receitas devem ter um efeito positivo, “mas não o suficiente para atingir a meta de deficit zero, uma vez que a base de 2023 ficou muito abaixo do estimado pelo projeto de lei orçamentária”. Ele lembrou que algumas receitas incluídas no Orçamento permanecem “altamente incertas”, como os R\$ 34,5 bilhões das concessões ferroviárias e os R\$ 35 bilhões da mudança nos subsídios do ICMS.

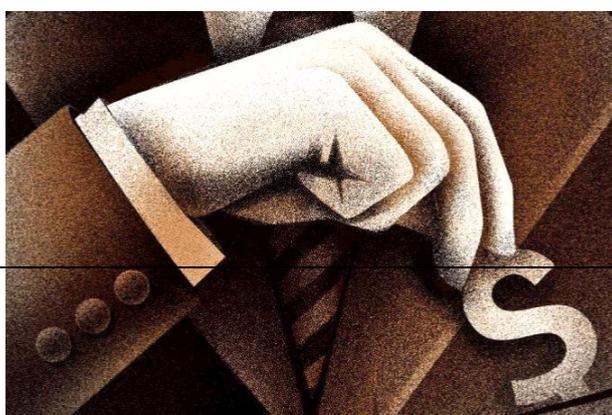
“Além disso, ainda vemos pressão proveniente de gastos relacionados à previdência e assistência social, o que poderia exigir algum bloqueio nas despesas discricionárias (mas não deve aumentar o gasto total)”. A projeção do analista é que o saldo primário do governo central atingirá um deficit de R\$ 74,5 bilhões, em 2024, correspondente a 0,6% do PIB.

## **JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 30.01.2024 – PÁG. OPINIÃO**

### **Os equívocos das projeções econômicas de 2023**

*Fernando Ferrari Filho / Marco Flávio da Cunha Resende*

Após as eleições presidenciais de 2022, em que o país saiu politicamente dividido, a maioria das entidades empresariais e dos economistas do mercado projetava o colapso da economia brasileira no primeiro ano do





## CLIPPING

DATA  
30.01.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº  
19 de 28

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

governo Lula III. As projeções econômicas previam que o PIB continuaria estagnado, o IPCA fecharia o ano acima da meta inflacionária, o desemprego aumentaria, o câmbio seria desvalorizado, a Selic manter-se-ia em 13,75% ao ano, ou até subiria, e a relação dívida pública bruta/PIB estaria próxima a três dígitos.

Passados 12 meses, os referidos indicadores foram os seguintes: o PIB acumulado em quatro trimestres, tendo como referência o terceiro trimestre do ano, cresceu 3,1%; o IPCA fechou o ano em 4,62%; a taxa de desemprego trimestral — período setembro-novembro — foi de 7,5%; a taxa de câmbio ao final de dezembro fechou em R\$ 4,85/US\$ 1,00; a taxa básica de juros caiu para 11,75% ao ano — ainda elevada, diga-se de passagem, devido ao conservadorismo do Banco Central do Brasil (BCB) — e a dívida pública bruta, resultado para outubro, atingiu 74,7% do PIB. Enfim, os resultados dos indicadores macroeconômicos contrariaram as projeções econômicas pessimistas.

Ademais, se não bastassem os equívocos das referidas projeções, o governo conseguiu a aprovação no Congresso Nacional, mesmo tendo minoria parlamentar, do Regime Fiscal Sustentável (RFS), que assegura a sustentabilidade intertemporal da dívida pública, e da reforma tributária. Consequentemente, não somente o mercado ficou mais otimista com os rumos econômicos do país, bem como algumas agências internacionais de rating elevaram o risco de crédito do Brasil, tornando-o mais próximo da obtenção do “grau de investimento”.

Diante do exposto, duas questões: por que as projeções se “equivocaram”? E o que esperar em 2024? Sobre os “equivocos” de previsão, por mais que o futuro seja condicionado por incertezas radicais, conforme afirmava Keynes, não é demais mencionar que análises econômicas têm que ser baseadas na racionalidade teórico-empírica e não no viés político-ideológico, o que, a nosso ver, talvez tenha condicionado aquelas elaboradas ao final de 2022. Mais especificamente, projeções são mais críveis quando baseadas na racionalidade teórico-empírica e, por conseguinte, quem as faz tende a errar menos, pois, em passant, economia, antes de tudo, é uma ciência.

Quanto às perspectivas para 2024, o compromisso do governo em zerar o déficit fiscal, o que restringe os investimentos em programas sociais e, principalmente, em infraestrutura, a queda lenta e gradual da Selic e um cenário internacional menos favorável — política e economicamente — condicionarão a performance da economia brasileira.

Como a dinâmica político-econômica do cenário internacional é uma variável exógena, centremos as atenções nos pontos fiscal e monetário. No que diz respeito à questão fiscal, um novo ciclo de aceleração do crescimento depende da retomada do investimento privado. A confiança em um futuro promissor, requerida para destravá-lo, está relacionada à expectativa da aceleração do crescimento econômico e da estabilização da dívida pública/PIB, sendo que ambos os condicionantes estão conectados. Logo, a dinâmica do crescimento depende de investimentos públicos e da cooperação entre Mercado e Estado. Em suma, política fiscal contracíclica.

Neste particular, o RFS tem forte componente pró-cíclico, visto que a despesa pública somente poderá crescer até 70,0% do aumento da arrecadação, que, por sua vez, caminha pari passu com o aumento do PIB. Soma-se aos efeitos dessa pró-ciclicidade do RFS a meta de déficit zero para este ano, o que levará à necessidade de novas reformas constitucionais para cortar direitos à educação, saúde e previdência públicas.

Quanto à política monetária, é pouco provável que no ano em curso, o BCB, ainda sob a gestão de Roberto Campos Neto, reduza a Selic de forma mais acentuada, o que acaba desestimulando o crédito e os consumo e investimento privados e pressiona o custo financeiro da dívida pública. Enfim, diante do exposto, as expectativas para 2024, sob a ótica produtiva, são crescimento mais moderado e nível de emprego estável.

## JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 30.01.2024 – PÁG. A7

### **Análise: Judiciário fecha cerco a Bolsonaro e mantém protagonismo político**

STF, que vem prorrogando inquéritos permanentemente, reembaralha as cartas todo o tempo

*César Felício*

A operação da Polícia Federal que teve como alvo o vereador do Rio de Janeiro Carlos Bolsonaro (Republicanos) foi desencadeada horas depois do lance inaugural do clã para as eleições desse ano, uma "superlive" (expressão deles) de Carlos, do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e do ex-presidente Jair Bolsonaro. Por coincidência, transmitida da mesma casa em



Angra dos Reis (RJ) de onde o patriarca e Carlos foram encontrados durante o mandado de busca e apreensão. Essa circunstância, em um primeiro momento, energiza a base eleitoral da extrema-direita no Brasil. Assim como acontece com a de Donald Trump nos Estados Unidos, também sob cerco judicial. Assim como aconteceu com a do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando foi preso em 2018.

Como “Carluxo” sabe de cátedra, o eleitor capturado por uma liderança carismática seleciona os fatos nos quais acredita. Só ganha o selo de verdade aqueles acontecimentos que coincidem com suas vontades. O problema são as consequências objetivas que podem surgir depois de vencido o curto prazo. Lula não pôde concorrer em 2018 e Bolsonaro está inelegível. Uma condenação judicial ou mesmo prisão de Trump nos Estados Unidos tende a inviabilizar sua eleição. O vereador Carlos Bolsonaro não dispõe de foro privilegiado e uma condenação tende a interromper sua carreira política ao menos por um tempo, dentro de médio ou longo prazo. Além do caso Abin ser potencialmente muito mais letal para o grupo político do que outros escândalos.

Bolsonaro, seus aliados e seus familiares são suspeitos de aparelhar o Estado para perseguir inimigos políticos, fazer proselitismo e obstruir a Justiça. É difícil imaginar algo mais grave. Perto disso a venda de relógios recebidos de presente torna-se um episódio minúsculo. No caso dos dados que teriam sido obtidos ilicitamente da Abin, é possível que estejamos diante de um “smoking gun”, algo que não se tem na outra grave suspeita que envolve o ex-presidente, que é a de ter tentado um golpe de Estado para não passar o poder para seu adversário.

A ação dessa segunda-feira contra Carlos também demonstra que a Lava-Jato pode ter terminado, mas o Judiciário continua caindo como uma lâmina no cenário político. O Supremo Tribunal Federal, com os

inquéritos que toca sendo permanentemente prorrogados, reembaralha as cartas todo o tempo. Por isso mesmo entre aliados de Lula a ofensiva do Judiciário contra seus opositores é vista com uma ponta de apreensão há algum tempo. “Pau que dá em Chico dá em Francisco”, comentou recentemente um veterano dirigente do PT.

## **JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 30.01.2024 – PÁG. E1**

### **Contribuintes saíram derrotados na maioria dos julgamentos do Supremo e STJ em 2023**

União venceu 16 importantes casos, quatro deles com impacto total de R\$ 62,4 bilhões

*Beatriz Olivon*

A União venceu, em 2023, pelo menos 16 importantes julgamentos no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Em apenas quatro, o impacto estimado é de R\$ 62,4 bilhões. O de maior valor é o que trata da tributação de incentivos fiscais de ICMS: R\$ 47 bilhões em jogo.

Se a conta incluir discussões envolvendo tributos estaduais e municipais, o placar de 2023 fica ainda pior para os contribuintes. Levantamento do escritório Machado Associados indica 34 vitórias de entes públicos - entre eles a União - em 49 julgados nos tribunais superiores. São casos analisados em recursos repetitivos, repercussões gerais ou considerados relevantes pelos especialistas do escritório.

“O saldo não é nada positivo para os contribuintes, que inclusive tiveram algumas expectativas frustradas”, afirma Renato Silveira, sócio do Machado Associados. Ele cita como exemplos os julgamentos, no STF, sobre a exclusão do ICMS do cálculo do Imposto de Renda (IRPJ) e da CSLL no lucro presumido e a “quebra” de decisão definitiva - a relativização da “coisa julgada”.



Entre os casos que envolvem os Estados, o advogado destaca a autorização para cobrança do diferencial de alíquotas (Difal) do ICMS em 2022 - contribuintes defendiam 2023. O impacto foi estimado inicialmente pelos Estados e Distrito Federal em R\$ 9,8 bilhões - valor referente à perda de arrecadação de todo o ano de 2022. Considerando apenas as repercussões gerais no Supremo, os contribuintes conseguiram vencer só 4 de 14 julgamentos realizados - envolvendo todos os entes. Nos casos sem repercussão geral, ganharam em apenas 3 de um total de 8.

Em um deles, os ministros decidiram que planos de saúde, meios de pagamento, administração de fundos, consórcio e leasing deveriam continuar pagando ISS para os municípios onde estão instalados (ADPF 499 e ADIs 5835 e 5862). No STJ, “o contribuinte sofreu mais”, segundo Silveira. Dentre sete casos julgados



## CLIPPING

DATA

30.01.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

22 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

como repetitivo, venceu dois. Em outros 20 julgamentos considerados relevantes - sem o status de repetitivo -, obteve vitória em apenas seis.

*No Superior Tribunal de Justiça, o contribuinte sofreu mais” — Renato Silveira*

Um deles foi considerado uma grande vitória por especialistas. Os contribuintes conseguiram vencer o primeiro julgamento sobre ágio no STJ (REsp 2026473). A questão foi analisada em setembro pela 1ª Turma. A decisão foi unânime. Os contribuintes, porém, saíram derrotados no STJ em uma importante questão. Em abril, a 1ª Seção autorizou a União a tributar empresas que recebem incentivos fiscais de ICMS, o que pode gerar um impacto positivo de R\$ 47 bilhões por ano na arrecadação, segundo estimativas da Receita Federal.

Antes do julgamento, a Fazenda Nacional enfrentava dificuldade com o assunto no STJ. Havia precedente contra a tributação de crédito presumido e era aplicado pelo tribunal para diferentes incentivos, segundo o procurador Thiago Silveira, que coordena a atuação da PGFN no STJ. “No começo os ministros não estavam considerando que eram benefícios diferentes”, afirma. Quando os incentivos em geral foram julgados, a PGFN conseguiu manter a tributação, desde que seguidos alguns critérios. Os contribuintes ainda questionam a extensão da vitória, por causa da redação da decisão e pediram esclarecimentos em embargos de declaração (REsp 1945110 e REsp 1987158).

A PGFN não entrou com recurso. “Para nós, a decisão está clara. Mas considerando os argumentos levados pelos contribuintes, fizemos algumas ponderações”, diz o procurador. Já no julgamento sobre crédito presumido, foi apresentado recurso - e a procuradoria destaca a mudança na composição da 1ª Seção. No colegiado, os contribuintes também foram derrotados na discussão sobre a exclusão do ICMS do cálculo do IRPJ e da CSLL no lucro presumido (REsp 1767631). O impacto é estimado em R\$ 2,4 bilhões. Outro precedente relevante no STJ, mas sem estimativa de impacto, autorizou a incidência de Imposto de Renda e CSLL sobre correção monetária de aplicações financeiras (REsp 1986304).

“O ano de 2023 foi muito positivo. Mas a Fazenda deve ganhar mais [que o contribuinte] mesmo. A edição de instrumento normativo passa pelo crivo de vários órgãos jurídicos. É de se esperar que, com todo esse aparato para a produção da norma, esteja dentro da legalidade”, afirma o procurador. Entre as derrotas, além do ágio, a PGFN destaca que a 1ª Turma passou a seguir o entendimento da 2ª Turma e considerar que os pagamentos acumulados de juros sobre capital próprio (JCP), que incluem valores referentes a anos anteriores, podem ser deduzidos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL (REsp 1971537).

No STF, o grande julgamento do ano na Corte tratou da possibilidade de “quebra” de decisões definitivas, segundo advogados e o coordenador da atuação da PGFN na Corte, Paulo Mendes. Em fevereiro, os ministros definiram que sentenças tributárias dadas como definitivas deixam de ter efeito sempre que houver um julgamento posterior na Corte em sentido contrário (RE 955227 e RE 949297). “Foi muito importante porque diz respeito ao sistema tributário como um todo. Não é pró-Fazenda ou pró-contribuinte, pode se aplicar para os dois”, afirma Mendes. Ainda está pendente pedido de modulação de efeitos (RE 949.297 e RE 955.227).

O limite da coisa julgada é muito relevante e, economicamente, deve garantir uma quantia importante para os cofres públicos, projeta o advogado Rafael Bragança, sócio do Daudt, Castro e Gallotti Olinto Advogados

e Rodrigo Fragoas. Não há uma estimativa do impacto, segundo o procurador Paulo Mendes, mas um levantamento apenas sobre multas aplicadas pela Receita Federal, em uma tese tributária, aponta R\$ 1 bilhão.

Em 2023, o STF também encerrou uma disputa grande com os bancos. Validou a incidência de PIS e Cofins sobre receitas financeiras de instituições financeiras (RE 609096). Em conjunto foi julgada a cobrança das contribuições sociais sobre os valores de prêmios de seguros (RE 400479). Apesar da decisão favorável à tributação dos prêmios, contribuintes levantam dúvida sobre a tributação das reservas técnicas. Para os bancos, a União aponta impacto de R\$ 115 bilhões mas, segundo fonte ouvida pelo Valor, o valor não seria tão alto e estaria mais próximo do estimado pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban), de R\$ 12 bilhões. Esse montante leva em consideração que alguns bancos estavam pagando os tributos ou desistiram da discussão.

“É positivo para o país que o Estado brasileiro tenha suas políticas tributárias ratificadas pelo Judiciário”, afirma o procurador Paulo Mendes. Segundo ele, é um recado para as empresas de que o Estado vem agindo dentro da legalidade e da Constituição. “Imagine se metade dos tributos brasileiros fossem inconstitucionais. Seria um caos o país.”

Entre os julgamentos relevantes do ano de 2023, no STF, estão alguns que não têm estimativa de valor de impacto. Um deles autorizou o uso de medidas alternativas para assegurar o cumprimento de ordem judicial - como apreensão de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e de passaporte (ADI 5941). Na mesma linha, em 2023, o STF se manifestou a favor do desempate pelo voto de qualidade no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

Apesar dos valores indicados para os casos pelo governo, é muito difícil saber com precisão o ingresso efetivo de receita decorrente desses julgamentos nos tribunais superiores, segundo Vilma Pinto, da Instituição Fiscal Independente (IFI). E nos casos em que a União sai derrotada, acrescenta, além do passivo relacionado àquela disputa, pode haver efeito na arrecadação - como ocorreu com a retirada do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins.

### **Ano de 2024 terá modulação e recursos repetitivos**

Modulação pode reduzir impacto de R\$ 43 bilhões de decisão favorável à incidência de contribuição previdenciária sobre o terço de férias

*Beatriz Olivon*

Advogados e procuradores aguardam, neste ano, julgamentos tributários de peso nos tribunais superiores. No Supremo Tribunal Federal (STF), há especial atenção para a finalização de casos que já tiveram o mérito julgado. Já no Superior Tribunal de Justiça (STJ), o destaque são os recursos repetitivos, que formarão precedentes a serem seguidos pelas instâncias inferiores do Judiciário.





## CLIPPING

DATA

30.01.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

24 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Por parte da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) há a expectativa com relação à modulação de efeitos da decisão sobre a contribuição previdenciária sobre terço de férias - o impacto do mérito foi estimado pela Fazenda em R\$ 43,5 bilhões (RE 1072485). No ano de 2020, o STF decidiu que incide o tributo, mas em 2023 os processos sobre o tema foram suspensos até o Supremo definir o limite temporal da decisão.

Outro recurso aguardado, no STF, refere-se ao julgamento sobre a tributação de receitas financeiras de bancos e seguradoras. “A questão das teses filhote também será um ponto de alerta”, afirma Rodrigo Fragoas, advogado do Daudt, Castro e Gallotti Olinto Advogados, em referência a processos que discutem um tributo na base de outro, como o ICMS na base do PIS e da Cofins, a “tese do século”. Para ele, eventual definição sobre as teses filhotes pode dar um norte ao Congresso do que o STF pensa.

Em relação ao STJ, a advogada tributarista Fernanda Secco, do Velloza Advogados, destaca dez assuntos que aguardam análise sobre afetação como recurso repetitivo. Os casos já têm relator, o passo seguinte será ter a resposta se foi acolhido como tema representativo de controvérsia ou não.

A advogada aponta, como exemplo, o processo sobre a possibilidade de incidência do PIS e da Cofins sobre os valores de juros, calculados pela taxa Selic, recebidos em decorrência de repetição de indébito tributário, na devolução de depósitos judiciais ou nos pagamentos efetuados por clientes em atraso (REsp 2065817/RJ). Fernanda considera essa uma tese filhote da decisão do STF que vetou a incidência do IRPJ e da CSLL sobre tais valores. “A discussão da controvérsia é muito importante e, apesar de contar com precedentes desfavoráveis ao contribuinte, segue o mesmo racional da tese firmada pelo STF”, afirma.

Também é destaque no STJ, este ano, a inclusão do ISS na base de cálculo do IRPJ e da CSLL no lucro presumido. O tema é aguardado porque o STJ decidiu em 2023 que o ICMS compõe a base (REsp 2089298). Já a PGFN destaca quatro temas dentre os que aguardam definição de afetação no STJ. Um deles é justamente a inclusão do ISS na base de cálculo do IRPJ e CSLL apurados pelo lucro presumido. Os outros são a liquidação do seguro garantia antes do trânsito em julgado (REsp 2077314), a exigência de certidão negativa de débitos para a concessão de recuperação judicial e a incidência de PIS e Cofins sobre vendas de origem nacional para empresas situadas na Zona Franca de Manaus (REsp 2093052).

Quanto à liquidação antecipada do seguro garantia, esta nunca foi uma prática indiscriminada da PGFN, segundo o procurador Thiago Silveira. “O seguro garantia tem algumas cláusulas e a antecipação era solicitada quando a cláusula do sinistro ocorria”, diz. Mas o Congresso Nacional decidiu de forma contrária à liquidação, o que deixou algumas dúvidas na prática, acrescenta ele. “O que acontece com as liquidações que ocorreram antes? Nossa discussão agora é em torno disso. Acredito que o tema ainda pode voltar.”

## JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 30.01.2024 – PÁG. E2

### Estruturas jurídicas no mercado livre de energia

Em um momento de inclusão de novos consumidores, é fundamental que os investidores interessados em estabelecer parcerias comerciais analisem qual é o modelo de negócios mais adequado à sua realidade

*Fabio Appendino, Vitor S. de Mello e Rodrigo Dias*

Consumidores de energia elétrica de alta tensão com carga menor que 500 kW possuem mais uma alternativa em relação ao tradicional mercado cativo e à geração distribuída: fazer parte do mercado livre de energia, nos modelos de autoprodução ou comercialização bilateral.



Graças à Portaria nº 50/2022, do Ministério de Minas e Energia (MME), parcerias entre comercializadoras de energia e empresas dos mais variados segmentos de atividade têm sido realizadas no contexto da abertura do Ambiente de Contratação Livre (ACL) para atender esse novo público-alvo do segmento de alta tensão, cujo potencial de migração para o ambiente livre é de aproximadamente 70 mil unidades consumidoras, que somadas àquelas que já estão no mercado livre responderiam por cerca de 48% do consumo de energia do país.

As obrigações de cada parceiro devem estar bem delimitadas nos instrumentos jurídicos da operação, seja ela contratual ou societária, para regular o fornecimento de energia, a representação do consumidor perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) pela comercializadora e a captação de novos consumidores a partir da base de clientes do parceiro (incluindo empresas de telecomunicações, de tratamento de água e esgoto, instituições financeiras, dentre outras).

Se por um lado há consenso que essas parcerias tendem a crescer nos próximos anos, pelo menos dois aspectos ainda são controversos - um de natureza regulatória e outro de natureza comercial. Do ponto de vista regulatório, uma preocupação é com o agravamento da sobrecontratação das distribuidoras que possuem contratos de compra de energia para atender o mercado cativo que atualmente é integrado pelos consumidores de baixa tensão e também pelos consumidores de alta tensão com consumo inferior a 500kW. Outro ponto de atenção se refere à questão da segurança de mercado, uma vez que esses novos consumidores deverão ser representados na CCEE por comercializadores varejistas, sendo desejável o aperfeiçoamento de regras prudenciais para evitar que as comercializadoras tomem riscos que possam afetar o equilíbrio do mercado.



## CLIPPING

DATA  
30.01.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº  
26 de 28

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

Já comercialmente, a discussão gira em torno da escolha da estrutura jurídica mais adequada para a implementação do modelo de negócios: contratual ou societária. Quanto à estrutura jurídica, não há uma resposta genérica sobre a melhor alternativa disponível - ela depende da avaliação de diversos fatores, dentre os quais os riscos/retornos almejados, a governança corporativa e as sinergias resultantes da parceria. Esse é, aliás, um típico dilema jurídico de parcerias, que, no mercado de energia, já é enfrentado na própria geração distribuída e também nas diversas modalidades de autoprodução.

A estrutura contratual para projetos voltados ao mercado livre propicia menores custos de transação em aspectos substanciais da parceria, como, por exemplo, a economia de custos associados a uma estrutura de governança independente (i.e., diretoria, conselho de administração, auditoria, etc) e a simplificação de aspectos de integração (i.e., sistemas operacionais, contábeis e financeiros, etc). Por isso, ela pode ser utilizada em estágios mais incipientes da parceria, seja em projetos-piloto ou na fase inicial de implementação de uma futura estrutura societária mais robusta.

O mecanismo de remuneração da parceria deve refletir adequadamente a alocação de riscos estabelecida, observadas as particularidades de cada estrutura jurídica. A estrutura contratual permite ao parceiro receber uma contraprestação (a) fixa, tendo por referência um valor fechado ou um percentual da remuneração paga pelos serviços prestados, (b) variável, a depender do cumprimento de determinadas metas, ou (c) combinada entre fixa e variável. Já a remuneração na estrutura societária depende, a rigor, da capacidade da empresa-veículo de gerar lucros, cuja distribuição como dividendos será deliberada pelos sócios.

Podem ser adotados mecanismos de ajuste da remuneração baseados em uma avaliação dinâmica de risco de crédito e inadimplência. Nesse sentido, possíveis instrumentos incluem a análise prévia de crédito de consumidores, a proporcionalidade entre a remuneração do parceiro e a qualidade do perfil de crédito, e o desconto da remuneração do parceiro conforme a inadimplência. Os mecanismos de indenização também devem refletir a alocação de riscos, sobretudo consumeristas, que podem resultar em responsabilidade objetiva e solidária dos parceiros. No caso da estrutura societária, contingências trabalhistas e tributárias também são da essência da negociação, por geralmente comporem parcela expressiva das obrigações da empresa-veículo.

Por fim, independentemente da estrutura adotada, devem ser tomadas as devidas precauções do ponto de vista concorrencial, considerando, exemplificativamente, os riscos de gun jumping resultantes de um eventual contrato associativo ou de uma joint venture, bem como condutas que podem ser enquadradas como outras infrações concorrenciais. A aprovação concorrencial, se necessária, será uma condição precedente à consumação da parceria, bem como outras eventuais aprovações regulatórias que exijam anuência prévia.

Em um momento de inclusão de novos consumidores e perspectivas favoráveis ao mercado livre de energia, é fundamental que os investidores interessados em estabelecer parcerias comerciais analisem qual é o modelo de negócios mais adequado à sua realidade e estejam munidos das ferramentas jurídicas necessárias para mitigar riscos.

## **DATA COMEMORATIVA DO DIA– SEBIB**

### **Dia 30 de Janeiro - Dia da Saudade**



O dia da saudade é comemorado na data 30 de janeiro. Essa, é a ocasião ideal para relembrar momentos do passado que sentimos nostalgia e nos reencontrarmos com aqueles que amamos. No dicionário, a palavra saudade é definida como um “sentimento melancólico devido ao afastamento de uma pessoa, uma coisa ou um lugar, ou à ausência de experiências prazerosas já vividas”. Então, como lidar com uma emoção tão forte dentro de nós? Nesse texto, vamos abordar algumas dicas sobre como recordar a data e encarar essa sensação tão forte e expressiva.

#### **Celebrando o dia da Saudade**

Do que você sente saudade? Essa é uma das primeiras perguntas que devemos fazer, a fim de aproveitar essa data tão significativa para cada um de nós. Nesse sentido, a saudade é um elo com o passado e se manifesta de

diversas formas. Aqui, serão apresentadas algumas atividades que podem ser implementadas na sua ILPI para desfrutar essa data especial, como:

#### **Ver fotografias**

Recordar é viver e, por isso, observar algumas fotografias é uma ótima estratégia para relembrar eventos, pessoas e lugares. Portanto, recuperar o álbum de fotos antigo pode ser um ótimo recurso para celebrar o dia da saudade na companhia dos amigos, família ou cuidadores.

#### **Leitura**

Ler é uma forma de “viajar no tempo”, seja para o passado ou para o futuro. A leitura de cartas, de diários, de e-mails ou, até mesmo, de mensagens pode ser uma boa estratégia para relembrar alguns momentos especiais, vividos durante a infância e a adolescência.

#### **Escutar música**

A música é capaz de nos remeter a momentos e situações específicas, de relevância individual. Ainda mais, estudos observam o impacto da música na memória, uma vez que essa é capaz de ativar partes do cérebro relacionadas a essa área. Dessa forma, a ciência vem descobrindo que a música consegue resgatar memórias armazenadas e, visto sua importância, é muito utilizada em tratamentos terapêuticos.

#### **Visitas e chamadas de vídeo**



## CLIPPING

DATA  
30.01.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº  
28 de 28

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

Para aqueles que possuem a oportunidade de visitar ou receber visitas de um familiar, pode ser uma ótima ocasião para “matar” a saudade. Caso a visita não seja possível, é relevante investir na tecnologia e realizar uma chamada de vídeo ou ligação com quem sentimos falta.

### **Fazer uma refeição especial**

A comida desperta diversas memórias afetivas e, por isso, é comum sentir o “gostinho de infância” em muitos pratos que consumimos. Desse modo, a cozinha é normalmente associada à socialização e à hospitalidade, além de relacionar-se com lembranças felizes da infância, lugares para os quais viajamos ou costumávamos morar.

### **Como lidar com as emoções?**

Quando sentimos saudade, emoções intensas acabam aflorando e, muitas vezes, se revelam de forma negativa. Por isso, é importante saber lidar com elas quando relembremos o passado. Eventualmente, somos expostos a situações que desencadeiam uma grande carga emocional que nem sempre somos capazes de suportar. Assim, podemos utilizar dos seguintes métodos para amenizar os sentimentos ruins:

*Ressignificar eventos:* muitas vezes refletimos sobre acontecimentos dolorosos e é essencial a aprender a pensar com respeito sobre si mesmo e sobre o passado.

*Ter uma rede de apoio:* compartilhar o que estamos sentindo e momentos que nos trazem nostalgia é importante para manter a memória viva e aprofundar as relações sociais com amigos e familiares.

*Permitir que os sentimentos se manifestem:* silenciar as próprias emoções, pode trazer ainda mais reclusão e sofrimento.

*Cuidar da saúde mental:* uma das formas mais importantes de lidar com as emoções, é ter a ajuda de um profissional qualificado para atender as suas necessidades e o auxiliar nos momentos difíceis.

### **O que te traz saudade?**

A princípio, após refletir sobre essa pergunta, é comum pensar em várias ocasiões que gostaríamos de vivenciar novamente. Contudo, é importante aprender a admirar o passado e aceitar aquilo que já foi. Esse, é um dos principais intuitos de comemorar o dia da saudade, ou seja, evocar lembranças nostálgicas de maneira leve e celebrar as histórias de cada indivíduo.